RESUMO
Este artigo reflete criticamente sobre o papel da literatura infantil, da oralidade e das narrativas na formação integral das crianças, considerando dimensões éticas, afetivas, cognitivas e sociais. Partindo de uma perspectiva humanista laica, discute-se como contos, fábulas, lendas e práticas orais contribuem para a transmissão de valores universais, o desenvolvimento da empatia, o fortalecimento de vínculos afetivos e a promoção de experiências democráticas em sala de aula. A análise articula referências clássicas, como Aristóteles, Platão, Nietzsche e Comte-Sponville, com aportes contemporâneos de Nussbaum, hooks, Dewey, Vygotsky, Freire e outros, ressaltando a relevância da literatura e da oralidade como práticas fundantes da educação humanizadora. O estudo destaca ainda desafios atuais, como a hegemonia das narrativas midiáticas e a necessidade de formação docente, propondo caminhos para integrar tradição e inovação no contexto escolar. Conclui-se que literatura e oralidade, mais do que recursos didáticos, são práticas de vida que preparam crianças para a cidadania crítica, ética e solidária.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura infantil; Oralidade; Valores humanos; Empatia; Educação democrática; Formação docente.

ABSTRACT
This article critically reflects on the role of children's literature, orality, and storytelling in the integral formation of children, considering ethical, affective, cognitive, and social dimensions. From a secular humanist perspective, it discusses how tales, fables, legends, and oral practices contribute to the transmission of universal values, the development of empathy, the strengthening of affective bonds, and the promotion of democratic experiences in the classroom. The analysis articulates classical references, such as Aristotle, Plato, Nietzsche, and Comte-Sponville, with contemporary contributions from Nussbaum, hooks, Dewey, Vygotsky, Freire, among others, emphasizing the relevance of literature and orality as foundational practices of humanizing education. The study also highlights current challenges, such as the hegemony of media narratives and the need for teacher training, proposing ways to integrate tradition and innovation within the school context. It concludes that literature and orality, more than didactic resources, are life practices that prepare children for critical, ethical, and supportive citizenship.
KEYWORDS: Children's literature; Orality; Human values; Empathy; Democratic education; Teacher training.

INTRODUÇÃO

A literatura infantil ocupa um lugar de destaque na educação, não apenas como recurso lúdico, mas como ferramenta formadora de valores. Em tempos em que a escola assume um papel ampliado na vida das crianças — muitas delas passando mais tempo em instituições educacionais do que em suas próprias casas — torna-se inevitável discutir até que ponto a transmissão de valores humanos universais pode (e deve) ser mediada pela prática pedagógica.

Paulo Freire (1996, p. 37) já alertava que "não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela". A educação, para ele, deve ser compreendida como prática humanizadora, em que a ética ocupa lugar central. Dessa forma, reduzir a prática pedagógica a mero treinamento técnico significa esvaziar o caráter fundamentalmente humano da educação. Ao assumirmos esse ponto de vista, podemos considerar a literatura como um campo fértil para o exercício da ética.

Além de Freire, Nelly Novaes Coelho (2000) ressalta que os contos e fábulas são narrativas impregnadas de valores universais, transmitindo virtudes e vícios que estruturam a experiência humana. Essa visão reforça a importância de inserir a literatura infantil no cotidiano escolar de forma intencional, indo além do entretenimento. Coelho

demonstra que a transmissão de valores por meio da narrativa é prática histórica e cultural, que atravessa sociedades e épocas.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que a escola, ao lidar com crianças em tempo integral, exerce também a função de mediadora cultural e moral. Se, no passado, a transmissão de valores estava mais diretamente vinculada à família, hoje essa tarefa é compartilhada com a instituição escolar. Isso exige dos educadores uma postura crítica e reflexiva diante dos textos trabalhados em sala de aula, para que sejam potencializados como instrumentos de formação ética.

Martha Nussbaum (2010) acrescenta que a literatura possibilita o desenvolvimento da empatia, entendida como a capacidade de se colocar no lugar do outro. Essa habilidade, segundo a filósofa, é fundamental para a construção de sociedades democráticas e justas. Assim, quando a criança tem contato com narrativas que exploram dilemas humanos, aprende a compreender e respeitar a diversidade de experiências, fortalecendo sua própria formação moral.

Portanto, a introdução da literatura infantil no currículo da educação básica deve ser compreendida não apenas como obrigação pedagógica, mas como estratégia essencial de formação cidadã. É na leitura, no debate e na interpretação que se dá a construção de sujeitos críticos, capazes de refletir sobre si mesmos, sobre o outro e sobre o mundo que habitam.

Outro ponto relevante é considerar a literatura como experiência estética. Como afirma Benjamin (1987), a narrativa carrega em si uma dimensão sensível que desperta a imaginação e amplia horizontes. No caso das crianças, essa experiência estética está diretamente ligada à construção de subjetividade e ao desenvolvimento da linguagem. Quando o professor lê uma história em voz alta, não transmite apenas informações, mas convida os alunos a mergulharem em um universo simbólico que enriquece sua visão de mundo.

Também é importante destacar que a literatura infantil contribui para a valorização da cultura local e nacional. Monteiro Lobato, por exemplo, com suas narrativas ambientadas no Sítio do Pica-Pau Amarelo, apresentou às crianças brasileiras uma forma de se reconhecerem em suas tradições, ao mesmo tempo em que dialogavam com valores universais. Esse aspecto mostra que a literatura infantil não apenas forma leitores, mas também cidadãos conscientes de sua identidade cultural.

Além disso, a literatura pode funcionar como ferramenta para trabalhar temas complexos de forma acessível. Questões como diversidade, respeito às diferenças, sustentabilidade e solidariedade podem ser abordadas por meio de histórias que despertem a reflexão. Nesse processo, o educador deve atuar como mediador, estimulando as crianças a interpretarem, discutirem e aplicarem os valores aprendidos em situações concretas de convivência.

É preciso considerar, ainda, o impacto da globalização e das mídias digitais sobre o acesso das crianças à literatura. Se, por um lado, plataformas digitais democratizam o acesso a livros e narrativas, por outro, trazem o risco de superficialização das leituras. Nesse contexto, cabe à escola promover o contato com obras literárias que mantenham a densidade cultural e ética, equilibrando tradição e inovação.

Por fim, a introdução da literatura infantil na prática pedagógica deve ser pensada como parte de um projeto de educação humanizadora. Como salienta ComteSponville (1995), virtudes como coragem, generosidade e temperança não são inatas, mas construídas na experiência. Ao oferecer às crianças histórias que abordam essas virtudes, o professor contribui para que elas construam sua identidade ética e se preparem para a vida em sociedade.

NARRATIVAS, ORALIDADE E FORMAÇÃO HUMANA

As narrativas, em sua multiplicidade de formas — contos, fábulas, lendas, parlendas e canções — têm se mostrado um dos principais recursos de transmissão cultural e formativa. Como afirma Walter Benjamin (1987, p. 197), “a experiência que se transmite de boca em boca é a fonte da qual beberam todos os narradores”. Essa transmissão não apenas preserva memórias coletivas, mas também confere sentido ao presente, per-

mitindo que crianças e adultos compreendam a si mesmos e o mundo em que vivem.
Bruno Bettelheim (2002) destaca que os contos de fadas, por exemplo, oferecem às crianças um repertório simbólico para enfrentar seus medos, angústias e desejos inconscientes. A repetição solicitada pelas crianças não é um simples capricho, mas uma necessidade psíquica: elas precisam reviver a narrativa até conseguir elaborar internamente os conflitos ali projetados. Esse processo revela o poder da oralidade e da narrativa como instrumentos de amadurecimento emocional e social.
Belintane (2011) acrescenta que gêneros de maternância, como as cantigas de ninar e adivinhas, não apenas transmitem vocabulário e musicalidade, mas criam vínculos afetivos de pertencimento. Um exemplo prático: quando uma professora utiliza uma cantiga de roda em sala de aula, além de estimular a memorização e a coordenação motora, está fortalecendo a experiência coletiva, onde cada criança ocupa um lugar e desempenha uma função. A oralidade, nesse caso, é ponte entre o individual e o social.
Outro aspecto relevante é a função pedagógica das adivinhas. Ao propor enigmas, o educador desafia a criança a se arriscar, enfrentando o medo de errar. Belintane (2011) descreve a diferença entre "adivinhadores", que ousam responder, e "evitadores", que fogem da exposição. Essa dinâmica é observada em sala de aula quando um professor convida os alunos a responder a um enigma e alguns levantam a mão imediatamente, enquanto outros preferem o silêncio. Trabalhar essas posturas ajuda a criança a desenvolver autoconfiança e resiliência.
As narrativas populares brasileiras, compiladas por Câmara Cascudo (1978), também oferecem riquíssimo material pedagógico. Histórias de bichos, causos e lendas como o Curupira ou a Iara permitem às crianças o contato com a diversidade cultural do país. Um exemplo prático seria o uso da lenda do Saci em projetos interdisciplinares: além de refletir sobre valores como astúcia e resistência, a atividade pode integrar artes visuais (produção de máscaras), ciências (discussão sobre fenômenos naturais associados ao mito) e língua portuguesa (produção de textos narrativos).
Em tempos de tecnologia digital, a oralidade ganha novos suportes. Podcasts infantis, vídeos narrados no YouTube e aplicativos de leitura compartilhada mantêm viva a tradição de ouvir histórias, ainda que em outros formatos. Contudo, como alerta Benjamin (1987), a transformação dos suportes pode modificar a experiência estética e simbólica. Cabe ao educador mediar essas novas linguagens para que não se perca a essência da experiência narrativa, que é o encontro humano mediado pela palavra.
A oralidade também está diretamente ligada à construção de vínculos afetivos. Uma simples prática de leitura em voz alta, realizada por professores ou familiares, oferece à criança sensação de acolhimento e segurança. Esse aspecto é fundamental nos primeiros anos da educação infantil, quando o contato com a voz do adulto ancora a experiência de pertencimento. Estudos de Nelly Novaes Coelho (2000) reforçam que a narrativa, além de transmitir valores, estabelece um espaço simbólico de diálogo entre gerações.
Outro ponto fundamental é a capacidade das narrativas de promover a empatia. Nussbaum (2010) argumenta que a literatura amplia a imaginação moral, permitindo que o leitor experimente, ainda que simbolicamente, realidades diversas das suas. Ao ouvir a história de um herói que sofre e triunfa, a criança aprende a se colocar no lugar do outro, desenvolvendo sensibilidade ética. Exemplos práticos incluem rodas de leitura seguidas de debates em que as crianças são convidadas a expressar como se sentiriam na situação dos personagens.
A oralidade em sala de aula também pode ser entendida como prática democrática. Quando um professor convida as crianças a contar suas próprias histórias, abre espaço para a pluralidade de vozes e experiências. Essa prática fortalece a autoestima e o senso de pertencimento, além de reconhecer a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento. Como observa Paulo Freire (1996), o diálogo é condição essencial para a educação libertadora.
Em síntese, narrativas e oralidade não são apenas ferramentas auxiliares no processo

educativo, mas práticas fundantes da formação humana. Ao mediar experiências narrativas em sala de aula, o educador contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e ético das crianças, articulando tradição e contemporaneidade em um mesmo movimento.

ORALIDADE E AFETIVIDADE: VÍNCULOS, EDUCAÇÃO E CULTURA

A oralidade constitui uma das dimensões mais fundamentais da experiência humana. Antes mesmo da invenção da escrita, foi pela palavra falada que sociedades transmitiram saberes, crenças, valores e afetos. No contexto da infância, a oralidade ganha ainda mais importância por sua ligação direta com a afetividade. Uma história contada, um canto de ninar ou uma leitura compartilhada não apenas informam, mas acolhem, protegem e constroem vínculos. Como afirma Walter Ong (1998), "a palavra oral é viva, próxima e calorosa", evocando a presença do outro como elemento estruturante da experiência.

Nos primeiros anos de vida, a criança é imersa em um ambiente sonoro que compõe sua primeira relação com o mundo. A voz da mãe, do pai ou de outro cuidador se torna referência de segurança e pertencimento. É nesse sentido que Nelly Novaes Coelho (2000) observa que a narrativa oral estabelece um espaço simbólico de diálogo entre gerações, pois carrega tanto a função de ensinar quanto a de criar laços de proximidade.

A leitura em voz alta é um exemplo claro dessa função dupla da oralidade. Quando um professor ou familiar lê para uma criança, não está apenas transmitindo informações linguísticas ou cognitivas, mas oferecendo uma experiência afetiva. Maria da Graça Paulino (2001) ressalta que a leitura compartilhada é "ato de encontro", no qual o texto se torna ponte entre quem lê e quem ouve, gerando cumplicidade e proximidade.

Além disso, a oralidade tem papel essencial na formação da memória afetiva. Muitas pessoas recordam, na vida adulta, de histórias ouvidas na infância, não apenas pelo conteúdo narrativo, mas pela emoção vivida no momento da escuta. Essa dimensão subjetiva da oralidade reforça sua importância como prática educativa e cultural. Abramovich (1997) argumenta que contar histórias é "semear memórias", pois o que permanece não é somente a história, mas a sensação de ser cuidado e ouvido.

Outro aspecto fundamental é que a oralidade humaniza as relações pedagógicas. Em um contexto escolar cada vez mais marcado por avaliações e conteúdos, o momento da contação de histórias ou da leitura compartilhada reintroduz a dimensão do afeto. Paulo Freire (1996) defende que não existe educação sem amorosidade, e a oralidade é veículo privilegiado para essa prática. A voz do educador, ao narrar, transmite também respeito e escuta.

A afetividade, mediada pela oralidade, contribui ainda para o desenvolvimento da linguagem. Segundo Vygotsky (1987), a linguagem se desenvolve na interação social, e a oralidade, carregada de emoção, potencializa essa aprendizagem. Quando a criança ouve histórias, amplia seu vocabulário, aprende estruturas narrativas e, ao mesmo tempo, internaliza valores sociais e culturais.

No campo da literatura infantil, a oralidade assume função estética. As rimas, repetições e jogos de palavras presentes em parlendas, cantigas e poemas infantis estimulam não apenas a linguagem, mas também o prazer estético. Zilberman (2003) destaca que a musicalidade da palavra oralizada cria um espaço de encantamento, em que a criança associa a linguagem a experiências prazerosas e afetivas.

A leitura em voz alta também tem sido objeto de pesquisas recentes. Busatto (2011) aponta que a contação de histórias contribui para o desenvolvimento da escuta atenta, uma competência muitas vezes negligenciada em um mundo saturado por estímulos visuais. Essa escuta, carregada de afeto, ensina a criança a respeitar o tempo do outro, favorecendo o convívio social.

Vale ressaltar que a oralidade não se restringe à sala de aula. Nas famílias, o ato de contar histórias antes de dormir é prática comum em diferentes culturas, funcionando como ritual de passagem entre a vigília e o sono. Bruno Bettelheim (2002) observa que esse momento não apenas tranquiliza a criança, mas ajuda-a a elaborar simbolica-

mente medos e ansiedades. A presença da voz afetuosa do adulto é parte central desse processo.

A oralidade também se manifesta em práticas comunitárias, como rodas de histórias e festas populares. Câmara Cascudo (1978) destaca que a tradição oral brasileira é marcada por uma enorme riqueza de narrativas, que vão das lendas indígenas aos causos do interior. Nessas práticas, o afeto se dá no coletivo, fortalecendo vínculos comunitários e identitários.

Na educação infantil, experiências práticas demonstram a importância da oralidade vinculada ao afeto. Professores que iniciam o dia com uma roda de conversa, em que cada criança tem a oportunidade de falar e ser ouvida, criam um ambiente de confiança e pertencimento. Essas práticas reforçam a ideia de que a escola é também um espaço de acolhimento, e não apenas de instrução.

É necessário reconhecer, ainda, que a oralidade tem papel inclusivo. Crianças com dificuldades de leitura, por exemplo, podem se beneficiar enormemente da escuta de histórias. Segundo Cosson (2006), a oralidade democratiza o acesso à literatura, pois não exige decodificação do texto escrito, permitindo que todas as crianças participem da experiência estética e afetiva da narrativa.

Outro ponto a destacar é a relação entre oralidade e identidade cultural. Quando um adulto transmite uma narrativa típica de sua região, está não apenas entretendo a criança, mas compartilhando um pedaço de sua própria história. Essa prática fortalece o sentimento de pertencimento cultural e reforça os vínculos afetivos entre gerações.

A oralidade, portanto, não deve ser vista como simples recurso auxiliar na educação, mas como prática fundante. Como afirma Ong (1998), a palavra oral cria um espaço de proximidade que a escrita, por si só, não alcança. No caso das crianças pequenas, essa proximidade é essencial para seu desenvolvimento emocional e social.

Além disso, a oralidade promove o desenvolvimento da empatia. Ao ouvir a voz de um adulto narrando a dor, a alegria ou a coragem de um personagem, a criança aprende a se colocar no lugar do outro. Nussbaum (2010) defende que a literatura é essencial para o cultivo da imaginação moral, e a oralidade intensifica essa experiência ao tornar a narrativa mais sensorial e próxima.

Na contemporaneidade, é preciso considerar também o papel das tecnologias digitais. Audiobooks, podcasts e vídeos narrativos são novas formas de oralidade que podem ser exploradas no campo educacional. No entanto, é fundamental que essas ferramentas sejam usadas sem perder de vista a dimensão afetiva. A voz humana gravada pode emocionar, mas não substitui o contato direto e o vínculo presencial que se cria em sala de aula ou no lar.

A afetividade mediada pela oralidade também se reflete no desenvolvimento da autoestima. Quando a criança percebe que sua fala é valorizada em rodas de conversa ou que seu relato é escutado atentamente pelo professor, ela se sente reconhecida e fortalecida. Esse reconhecimento, segundo Wallon (2007), é base para a construção do eu e da identidade social.

Por fim, é necessário destacar que a oralidade, ao articular linguagem, afeto e cultura, deve ser considerada eixo transversal no currículo da educação infantil. Ela atravessa diferentes áreas do conhecimento e contribui para a formação integral da criança. A oralidade não apenas ensina, mas cuida; não apenas informa, mas cria vínculos. É nesse encontro entre palavra e afeto que se revela sua verdadeira potência educativa.

Em síntese, a oralidade e a afetividade são indissociáveis na formação humana. Contar histórias, ler em voz alta, cantar e dialogar não são atividades periféricas, mas práticas essenciais que estruturam a infância. Elas oferecem às crianças não apenas o domínio da linguagem, mas também a experiência de serem ouvidas, cuidadas e amadas. E é nessa interseção entre palavra e afeto que se constrói, de fato, a base para uma educação humanizadora.

NARRATIVAS E DESENVOLVIMENTO DA EMPATIA

As narrativas ocupam um lugar singular na formação ética e emocional das crianças, pois possibilitam a vivência simbólica de experiências diversas. Martha Nussbaum (2010) argumenta que a literatura é essen-

cial para o cultivo da imaginação moral, permitindo que o leitor ou ouvinte entre em contato com realidades distintas da sua própria vida. Essa experiência imaginativa é, segundo a autora, condição necessária para o desenvolvimento da empatia e para a formação de cidadãos comprometidos com a justiça social.

Ao ouvir a história de um herói que sofre e triunfa, a criança é convidada a se colocar no lugar do outro. Essa prática, aparentemente simples, promove o exercício da alteridade. Como afirma Larrosa (2002), a narrativa "abre espaço para o outro em nós", permitindo que o sujeito se desloque de seu ponto de vista habitual e experimente novas perspectivas. Assim, a empatia não se desenvolve apenas pela convivência direta, mas também pelo contato mediado com personagens ficcionais.

Um exemplo prático é a roda de leitura, seguida de debates em que as crianças são incentivadas a expressar como se sentiriam na situação dos personagens. Essas práticas, comuns em salas de aula da educação infantil, estimulam não apenas a interpretação do texto, mas também o reconhecimento das próprias emoções. Abramovich (1997) ressalta que "contar histórias é despertar sentimentos", e é a partir desse despertar que a criança constrói vínculos com os outros e consigo mesma.

Além disso, as narrativas permitem que as crianças elaborem questões éticas de forma simbólica. Bruno Bettelheim (2002), ao analisar os contos de fadas, observa que eles oferecem às crianças um espaço para projetar seus medos e desejos, ao mesmo tempo em que lhes apresentam modelos de superação. Nesse processo, a empatia surge como resultado do reconhecimento da dor e da esperança do personagem, que se tornam referências para a vida real.

A empatia, mediada pelas narrativas, também se relaciona com a capacidade de respeitar a diversidade. Ao ouvir lendas indígenas, contos africanos ou histórias de outras culturas, as crianças entram em contato com modos de vida diferentes dos seus. Segundo Candido (2004), a literatura tem o poder de "humanizar", pois amplia a compreensão do outro e fortalece os laços de solidariedade. Esse aspecto é essencial em sociedades marcadas pela pluralidade cultural, como o Brasil.

Do ponto de vista pedagógico, trabalhar narrativas para o desenvolvimento da empatia exige intencionalidade. O professor não deve apenas ler a história, mas propor questões que estimulem a reflexão. Perguntas como "O que você faria no lugar do personagem?" ou "Como você se sentiria se isso acontecesse com você?" abrem espaço para o diálogo e o exercício da imaginação ética. Essa prática dialoga com o pensamento de Paulo Freire (1996), que valoriza a educação como processo dialógico e humanizador.

Outro exemplo prático é a dramatização de histórias. Ao encenar personagens, as crianças vivenciam fisicamente os conflitos narrativos, colocando-se no lugar do outro de maneira mais intensa. Essa experiência corporal amplia o alcance da empatia, pois envolve não apenas a imaginação, mas também o corpo e as emoções. Segundo Vygotsky (1987), a brincadeira simbólica é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social, e nesse contexto, o teatro infantil pode ser compreendido como extensão da narrativa.

Além disso, as narrativas podem contribuir para o enfrentamento de preconceitos e estereótipos. Histórias que apresentam personagens de diferentes origens sociais, culturais e étnicas ajudam a criança a desconstruir visões limitadas de mundo. Como afirma Hooks (2003), a educação deve ser prática de liberdade, e a literatura pode desempenhar esse papel ao mostrar outras possibilidades de ser e viver.

As narrativas também possibilitam o desenvolvimento da empatia em relação a questões ambientais e sociais. Fábulas que tratam do cuidado com a natureza ou histórias que abordam desigualdades sociais sensibilizam as crianças para problemas coletivos. Nesse sentido, a empatia deixa de ser apenas relação interpessoal e passa a ser prática cidadã, comprometida com o bem comum.

Um ponto importante a considerar é a mediação do adulto. Sem uma condução adequada, a narrativa pode ser recebida apenas como entretenimento. É papel do educador transformar a experiência em reflexão,

criando condições para que a criança elabore sentimentos e pensamentos a partir da história. Cosson (2006) enfatiza a importância da leitura literária como prática formadora, que requer planejamento e intencionalidade.

A relação entre narrativa e empatia também encontra respaldo nas neurociências. Pesquisas de Paul Zak (2015) demonstram que ouvir histórias aumenta a produção de ocitocina, hormônio associado ao vínculo social e à empatia. Isso reforça a ideia de que a narrativa não atua apenas no campo simbólico, mas também no corpo, promovendo respostas emocionais que fortalecem a conexão com o outro.

Do ponto de vista cultural, a empatia mediada pelas narrativas contribui para a preservação da memória coletiva. Ao transmitir histórias de resistência, como as narrativas afro-brasileiras ou indígenas, a literatura fortalece o reconhecimento das lutas sociais e estimula a solidariedade intergeracional. Nesse sentido, a empatia não é apenas emoção, mas também posicionamento ético e político.

É necessário destacar, ainda, que a empatia desenvolvida por meio das narrativas pode ser aplicada a situações concretas da vida escolar. Crianças que participam de rodas de leitura e dramatizações tendem a demonstrar maior capacidade de cooperação e resolução de conflitos. Isso se deve ao fato de que, ao vivenciarem diferentes perspectivas nas histórias, aprendem a lidar melhor com divergências na realidade.

As narrativas digitais também oferecem oportunidades para o desenvolvimento da empatia. Jogos narrativos, animações e audiobooks permitem novas formas de contato com histórias, ampliando o repertório cultural das crianças. No entanto, como lembra Benjamin (1987), a reprodutibilidade técnica não deve substituir a experiência humana do contar. Cabe ao educador equilibrar tradição e inovação, garantindo que a dimensão afetiva e ética da narrativa não se perca.

Outro aspecto relevante é que a empatia não se limita ao reconhecimento do sofrimento do outro, mas também ao compartilhamento de suas alegrias e conquistas. Narrativas que celebram a amizade, a solidariedade e a coragem ajudam a criança a valorizar sentimentos positivos e a construir relações saudáveis. Nesse sentido, a literatura infantil pode ser compreendida como espaço de cultivo das emoções humanas em sua complexidade.

A empatia desenvolvida por meio das narrativas também prepara a criança para o exercício da cidadania. Como afirma Dewey (1916), a educação deve formar indivíduos capazes de viver democraticamente. Ao aprender a se colocar no lugar do outro, a criança fortalece sua capacidade de dialogar, cooperar e respeitar diferenças, habilidades indispensáveis para a vida em sociedade.

Em suma, as narrativas são instrumentos poderosos para o desenvolvimento da empatia. Elas permitem que as crianças vivam, ainda que simbolicamente, a experiência do outro, ampliando sua sensibilidade ética e sua capacidade de convivência. Cabe à escola, às famílias e à comunidade reconhecer esse potencial e criar espaços de leitura, escuta e diálogo que favoreçam a formação de sujeitos empáticos, críticos e solidários.

ORALIDADE COMO EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

A oralidade em sala de aula pode e deve ser compreendida como uma prática essencialmente democrática. Quando o professor convida as crianças a contar suas próprias histórias, cria um espaço em que a pluralidade de vozes é valorizada e em que cada sujeito é reconhecido em sua singularidade. Nesse contexto, a oralidade não se reduz a um recurso didático, mas se constitui em prática formadora, que dá lugar à diversidade de experiências e vivências. Como observa Paulo Freire (1996), o diálogo é condição essencial para a educação libertadora, pois rompe com a lógica vertical e autoritária e estabelece relações horizontais de respeito mútuo.

Ao estimular que crianças contem suas próprias narrativas, o professor favorece o exercício da cidadania desde a infância. Esse espaço de fala promove autoestima e senso de pertencimento, uma vez que a criança percebe que sua história tem valor e merece ser ouvida. Segundo Bakhtin (1992), a linguagem é, por natureza, dialógica, e a voz de

cada sujeito se constitui na interação com as vozes dos outros. Nesse sentido, a oralidade em sala de aula se torna um exercício democrático por excelência, pois permite que cada criança se reconheça e seja reconhecida como sujeito de direito.

Além disso, a oralidade fortalece a construção coletiva do conhecimento. Vygotsky (1987) demonstra que o desenvolvimento humano se dá na interação social e que a linguagem é mediadora fundamental desse processo. Quando o professor abre espaço para o compartilhamento de histórias, ele transforma a sala de aula em uma comunidade de aprendizagem, em que cada narrativa contribui para o enriquecimento do grupo. Esse movimento rompe com a concepção de educação como transmissão unilateral e a aproxima de um processo colaborativo e participativo.

Outro aspecto importante é a valorização da diversidade cultural. Ao permitir que as crianças compartilhem narrativas de suas famílias, comunidades e tradições, o educador fortalece a identidade cultural e cria um espaço inclusivo. Essa prática é especialmente significativa em sociedades plurais, como a brasileira, em que diferentes vozes, muitas vezes silenciadas, encontram na oralidade um meio de afirmação. Como destaca hooks (2003), a educação democrática deve abrir espaço para múltiplas experiências, reconhecendo e celebrando a diferença.

A oralidade em sala de aula também contribui para a formação da escuta atenta e respeitosa. Em uma roda de histórias, não apenas quem fala é valorizado, mas também quem escuta. Esse aprendizado é fundamental para a vida em sociedade, em que a democracia depende não apenas da liberdade de expressão, mas também da capacidade de ouvir o outro. Benjamin (1987) já afirmava que a experiência narrativa se funda na escuta, e que ouvir histórias é tão formador quanto contá-las.

Do ponto de vista prático, atividades como rodas de conversa, círculos de leitura e projetos de contação de histórias são estratégias que materializam a oralidade democrática. Nessas experiências, a criança aprende a esperar sua vez de falar, a respeitar a fala do outro e a contribuir para a construção coletiva de sentidos. Essas práticas, ao mesmo tempo simples e profundas, desenvolvem habilidades sociais indispensáveis para a vida democrática.

Outro exemplo são os projetos de memória oral, em que alunos entrevistam familiares ou membros da comunidade para depois compartilhar suas histórias em sala. Essa atividade não apenas fortalece vínculos intergeracionais, mas também mostra às crianças que sua voz e a voz de sua comunidade têm valor histórico e cultural. Como ressalta Candau (2011), a educação em direitos humanos depende da valorização das memórias coletivas, e a oralidade é caminho privilegiado para essa valorização.

É importante destacar que a oralidade democrática não se restringe ao ambiente escolar, mas prepara as crianças para a participação social mais ampla. Ao aprender a contar e ouvir histórias, elas desenvolvem competências comunicativas e sociais que serão fundamentais em sua atuação como cidadãos. Dewey (1916) já afirmava que a educação deve preparar para a vida democrática, e a oralidade é um dos meios mais eficazes para isso.

No contexto contemporâneo, em que discursos autoritários e práticas excludentes ainda persistem, a oralidade em sala de aula se torna um espaço de resistência. Permitir que cada criança fale e seja ouvida é um gesto político, que reafirma a dignidade de cada sujeito. Essa prática mostra que a democracia não é apenas uma forma de governo, mas também uma forma de viver e conviver.

Em síntese, narrativas e oralidade não são apenas ferramentas auxiliares no processo educativo, mas práticas fundantes da formação humana. Ao mediar experiências narrativas em sala de aula, o educador contribui para o desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e ético das crianças, articulando tradição e contemporaneidade em um mesmo movimento. Mais do que isso, a oralidade democrática prepara para a vida em sociedade, em que o diálogo, a escuta e o reconhecimento do outro são condições indispensáveis para a construção de um mundo mais justo e inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta reflexão, percebemos que a literatura infantil, a oralidade e as narrativas não se configuram como meros recursos auxiliares, mas como pilares fundamentais na formação ética, cognitiva e afetiva das crianças. Em tempos de transformações rápidas e complexas, revisitar o papel dessas práticas no âmbito escolar é um convite a repensar a educação em sua dimensão mais humanizadora. Afinal, como nos lembra Paulo Freire (1996), não há educação neutra: toda prática pedagógica é carregada de intencionalidade, e escolher mediar narrativas é optar por cultivar sujeitos críticos, sensíveis e solidários.

As considerações finais de um estudo não devem apenas retomar ideias, mas também apontar para horizontes possíveis. É nesse sentido que refletimos sobre a urgência de resgatar a dimensão ética da literatura e da oralidade em sala de aula. Não se trata de instrumentalizar contos, fábulas ou lendas como simples moral da história, mas de compreendê-los como experiências estéticas que abrem espaço para a reflexão, a empatia e o diálogo.

Cabe aos educadores, portanto, superar a visão da literatura como entretenimento e assumir seu papel formador. A leitura em voz alta, a contação de histórias, as rodas de conversa e as dramatizações são práticas que, quando realizadas com intencionalidade, fortalecem a capacidade das crianças de se reconhecerem e de reconhecerem o outro. Mais do que isso, oferecem uma oportunidade de experimentar a pluralidade de vozes que compõem o tecido social.

Um ponto crítico a destacar é a hegemonia das narrativas midiáticas globais, que muitas vezes empobrecem o repertório cultural das crianças. Ao priorizar versões padronizadas e mercantilizadas de contos clássicos, corremos o risco de sufocar a riqueza das tradições locais e orais. Por isso, o professor deve assumir o compromisso de resgatar e valorizar as narrativas populares, os cordéis, as lendas brasileiras e as histórias comunitárias, reconhecendo nelas fontes legítimas de saber e cultura.

Outro aspecto que merece reflexão é a necessidade de articular literatura e oralidade com os desafios contemporâneos. Questões como diversidade, respeito às diferenças, justiça social e sustentabilidade ambiental podem (e devem) ser abordadas por meio de narrativas. Ao fazê-lo, o professor não apenas transmite conteúdos, mas possibilita que as crianças construam sentidos éticos diante da realidade. Nesse ponto, a perspectiva de Martha Nussbaum (2010) sobre a imaginação moral se torna central: a literatura é meio de ampliar horizontes e cultivar a empatia.

Também é preciso reconhecer que trabalhar narrativas em sala de aula é prática que exige coragem docente. É mais fácil seguir apostilas e manuais do que mediar rodas de leitura em que as crianças tragam suas próprias histórias, questionamentos e visões de mundo. No entanto, é nesse espaço de imprevisibilidade que reside a potência transformadora da educação. Como lembra Larrosa (2002), a experiência educativa não pode ser reduzida a técnicas, pois envolve abertura ao inesperado e ao encontro com o outro.

O desafio contemporâneo é, portanto, conciliar tradição e inovação. As novas tecnologias digitais oferecem recursos poderosos para ampliar o acesso às narrativas, mas não substituem o valor do encontro humano mediado pela palavra falada. O educador precisa equilibrar esses elementos, garantindo que a dimensão afetiva da oralidade e a riqueza estética da literatura não se percam em meio à aceleração tecnológica.

Outro ponto crítico diz respeito à formação docente. Muitos professores ainda não recebem preparo adequado para trabalhar literatura e oralidade de forma reflexiva e crítica. É urgente investir em programas de formação continuada que resgatem a importância das narrativas na educação, oferecendo subsídios teóricos e práticos para que os educadores possam atuar com segurança e intencionalidade.

É igualmente importante pensar a oralidade e a literatura como práticas democráticas. Ao abrir espaço para que as crianças contem suas próprias histórias, o educador fortalece a autoestima, o senso de pertencimento e o exercício da cidadania. Essa prática, aparentemente simples, é profundamente política, pois ensina desde cedo que cada voz importa e que o diálogo é condição para a vida em

sociedade.

Não podemos esquecer, ainda, o papel da família. A leitura em casa, a contação de histórias antes de dormir, as conversas ao redor da mesa são práticas que contribuem para a formação afetiva e ética da criança. A escola pode e deve dialogar com a família, incentivando a continuidade dessas práticas no espaço doméstico.

As narrativas, em suas múltiplas formas, oferecem também um caminho para a inclusão. Crianças com dificuldades de leitura, por exemplo, podem se beneficiar enormemente da escuta de histórias. A oralidade democratiza o acesso à literatura e garante que todas as crianças, independentemente de seu nível de letramento, possam vivenciar experiências estéticas e afetivas.

Além disso, trabalhar literatura e oralidade em sala de aula é forma de combater preconceitos e promover a diversidade. Histórias que abordam diferentes culturas, etnias, gêneros e formas de vida ampliam o repertório das crianças e as preparam para conviver em sociedades plurais. Nesse sentido, a narrativa se torna ferramenta de justiça social e de construção de um mundo mais inclusivo.

As considerações finais também nos convidam a olhar para a educação como prática de esperança. Ao contar e ouvir histórias, professores e crianças renovam o sentido de pertencimento e alimentam a crença em um futuro mais justo. Como diria Freire (1996), educar é um ato de esperança, e a literatura infantil pode ser um dos caminhos para cultivar essa esperança de maneira concreta e cotidiana.

Não podemos, contudo, cair em uma visão romantizada. A literatura e a oralidade não resolvem sozinhas as desigualdades estruturais da sociedade. Mas, se bem trabalhadas, podem contribuir para a formação de sujeitos críticos, capazes de agir no mundo com ética e responsabilidade. Esse é um ponto de realismo que os educadores precisam assumir: a narrativa é um meio, não um fim em si mesma.

Ao final desta reflexão, fica o convite aos educadores: que façam da literatura e da oralidade não apenas instrumentos de ensino, mas práticas de vida. Que vejam na contação de histórias uma oportunidade de cultivar afetos, fortalecer vínculos, ampliar horizontes e preparar cidadãos para a vida democrática. Que não se contentem em transmitir conteúdos, mas assumam o compromisso de formar seres humanos integrais.

Assim, narrativas e oralidade deixam de ser atividades marginais e passam a ocupar o centro da prática pedagógica. São nelas que reside a possibilidade de formar não apenas leitores competentes, mas também cidadãos éticos, críticos e empáticos. Essa é a missão maior da educação em nosso tempo: formar sujeitos capazes de transformar sua realidade, e não apenas de reproduzi-la.

Em suma, a literatura infantil, a oralidade e as narrativas oferecem à educação contemporânea um caminho para resgatar sua essência humanizadora. Cabe a nós, educadores, escolher trilhar esse caminho, conscientes de que cada história contada e cada voz ouvida pode transformar não apenas a sala de aula, mas a própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997.

ARANTES, A. A. O Trabalho e a Fala. São Paulo: Ática, 1982.

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BELINTANE, C. Adivinha, leitura e escrita de desejo. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BETTELHEIM, B. A psicanálise dos contos de fadas. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BUSATTO, C. A arte de contar histórias no século XXI. Petrópolis: Vozes, 2011.

CÂNDIDO, A. Vários Escritos. São Paulo: Duas

Cidades, 2004.

CANDAU, V. M. F. Educação em Direitos Humanos. Petrópolis: Vozes, 2011.

CASCUDO, L. C. Literatura Oral no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

COELHO, N. N. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COMTE-SPONVILLE, A. Pequeno Tratado das Grandes Virtudes. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COSSON, R. Letramento Literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.
DEWEY, J. Democracy and Education. New York: Macmillan, 1916.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HELLER, A. Sociologia de la vida cotidiana. Barcelona: Península, 1977.

HOOKS, B. Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.

LARROSA, J. Pedagogia Profana. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LOBATO, M. A Reforma da Natureza. São Paulo: Brasiliense, 1941.

NUSSBAUM, M. Not for Profit: Why Democracy Needs the Humanities. Princeton: Princeton University Press, 2010.

ONG, W. Oralidade e Cultura Escrita: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.

PAULINO, M. G. Leitura e afetividade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, V. T. Monteiro Lobato: um escritor em formação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WALLON, H. As origens do caráter na criança. Lisboa: Estampa, 2007.

ZILBERMAN, R. A Literatura Infantil na Escola. São Paulo: Global, 2003.

ZAK, P. The Moral Molecule: How Trust Works. New York: Dutton, 2015.